



Câmara Municipal de Carmo da Mata

Projeto de Lei nº 1.805/2023

Lei de responsabilidade educacional do Município de Carmo da Mata/MG.

A Câmara Municipal de Carmo da Mata, estado de Minas Gerais, nos termos que dispõe o art. 75, da Lei Orgânica do Município, decreta:

Art. 1º - Esta lei dispõe sobre a disponibilização de dados de indicadores educacionais da Rede Municipal de Educação.

Parágrafo único. O Poder Executivo, através da Secretaria Municipal de Educação apresentará ao Poder Legislativo relatório anual, contendo os indicadores educacionais da Rede Municipal de Educação, até 120 (cento e vinte dias) dias após o término de cada ano letivo.

Art. 2º - Os indicadores educacionais a que se refere o art. 1º a serem utilizados como parâmetros são:

I - Alfabetização:

a) Resultados de Avaliações, provas e testes externos e internos aplicados aos alunos da Rede Municipal de Educação;

II - Matrícula e Evasão Escolar:

a) Número de alunos matriculados;

b) índice, detalhado, de evasão na Rede Municipal de Educação;

c) Número de vagas ociosas, pór nível de escolaridade;

III - Taxa de distorção idade/ano;

IV- Docentes:

a) Número total de professores;

b) Professores com pós-graduação “Lato Sensu”, em percentual;

c) Professores com mestrado, em percentual;

d) Professores com doutorado, em percentual;

e) Remuneração média, piso e teto salarial dos professores por nível de ensino;

f) Professores e demais servidores em desvio de função e/ou em readaptação funcional;

g) Professores e demais servidores em cargos comissionados na Prefeitura e demais órgãos públicos e descrição da situação de cada um;

V - Programas:

a) Relacionar os Programas de Valorização e Capacitação Docente desenvolvidos para os professores da rede pública municipal;



Câmara Municipal de Carmo da Mata

- b) Relacionar os Programas realizados em parceria com as iniciativas pública e privada e os valores aplicados em cada um;
- c) Relacionar as verbas aplicadas na Educação, em geral, e em de cada programa, inclusive com a discriminação das verbas gastas em publicidade;
- d) Relacionar as verbas aplicadas no FUNDEB - Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério;

VI - Rendimento Escolar:

- a) Índice de Aprovação/Reprovação em razão do rendimento escolar;
- b) índice de Reprovação por faltas às atividades escolares.

VII - Infra-estrutura:

- a) Relacionar o número total de unidades da Rede Pública de Ensino;
- b) Relacionar o total de unidades com necessidade de recuperação da rede física, de acordo com os padrões básicos construtivos;
- c) Relacionar total de unidades recuperadas nas suas instalações físicas, de acordo com os padrões básicos construtivos;
- d) Relacionar as unidades com laboratório de informática;
- e) Relacionar as unidades com biblioteca;
- f) Relacionar as unidades com quadras poliesportivas cobertas e descobertas;
- g) Relacionar as unidades com laboratório de ciências;
- h) Relacionar atividades extracurriculares regulares como dança, música, instrumentos musicais, artesanato, educação ambiental.

Art. 3º - Anualmente, a lei que aprovar as diretrizes orçamentárias, deverá conter anexos com diagnóstico e metas relativos á educação, sempre atualizados para os próximos quatro anos, utilizando-se como parâmetros a realidade e os indicadores descritos na presente lei.

Art. 4º - O Conselho Municipal de Educação e do FUNDEB encaminharão à Mesa Diretora da Câmara Municipal relatório anual de suas atividades.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Carmo da Mata, em 18 de agosto de 2023.

Walter Loriano de Oliveira

Vereador



Câmara Municipal de Carmo da Mata

JUSTIFICATIVA

Excelentíssimo Senhor Presidente e colegas,

A aprovação de uma lei definindo uma Lei de Responsabilidade Educacional que promova a transparência da gestão da educação, cobrando diagnóstico e metas com relação à qualidade no ensino tem como objetivo assumir o compromisso prioritário com o desenvolvimento do Município.

Teremos a com a aprovação da presente proposta, condições de mapear a política educacional da cidade.

A Lei de Responsabilidade Educacional é uma proposta estratégica que aponta na direção de um projeto de controle social sobre a gestão de políticas educacionais a partir das organizações da sociedade civil e do Poder Legislativo.

A previsão de elaboração de metas anuais e plurianuais, a definição de indicadores de avaliação e resultados e a recomendação de indicadores mínimos para verificação da qualidade da Rede Pública de Ensino, são garantias de que a proposta pode ser um parâmetro comparativo da elevação da qualidade do ensino público.

A previsão da apresentação, anual, dos indicadores educacionais pela Secretaria de Educação tem como objetivo estabelecer um sistema permanente de monitoramento social participativo, descentralizado e integrado com a sociedade.

A diminuição da evasão escolar, a qualidade do ensino, a qualificação do corpo docente os investimentos e manutenção da infraestrutura da rede pública de ensino e, também a possibilidade de uma ampla avaliação dos impactos das políticas educacionais na melhoria da qualidade dos indicadores educacionais são objetivos explícitos desta lei que oferece um diagnóstico pleno da educação municipal.

É preciso compreender que as políticas públicas devem ser instrumentos que ofereçam resultados práticos e claros à sociedade.

Com a aprovação da Lei de Responsabilidade Educacional a Câmara poderá conferir os resultados das políticas educacionais implementadas em nossa cidade oferecendo grande contribuição para a melhoria da qualidade do ensino público.

Carmo da Mata/MG, 18 de agosto de 2023.

Walter Loriano de Oliveira

Vereador